

Ata de Reunião do Comitê de Governança de TIC do TRT14

Data	Início	Término	Local	Coordenador da reunião
17/07/2020	10h	12h	Realizada por Videoconferência	Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo

1. Pauta

- A. Gestão do portfólio de projetos/Avaliação do desempenho de TIC ([Acessar quadro de priorização](#))
- B. Avaliação da execução da estratégia de TIC - postergamento;
- C. Análise da efetividade da Governança de TIC;
- D. Adequações no plano de contratações - inclusão do item contratação de suporte aos softwares de infra do PJe;
- E. Autorização para coparticipação em licitação do TRT4 - compra de licenças RDS e câmeras para videoconferência;
- F. Informações relativas às tratativas com a Google para a manutenção do recurso de gravação do Meet;
- G. Uso do PJe Mídias;
- H. Descontinuidade dos sistemas legados de acompanhamento processual (SAP1 e SAP2);
- I. Lotação do servidor Marcelo Amaral no Núcleo do Apoio ao PJe;
- J. Quadro de servidores da SETIC - Problemas devido ao déficit de pessoal.

2. Participantes

Nome	Setor
Carlos Augusto Gomes Lôbo	Desembargador do Trabalho
Francisco José Pinheiro Cruz	Desembargador do Trabalho
Dorotheo Barbosa Neto	Juiz Auxiliar da Presidência
Lucas Barbosa Brum	Secretário de Gestão Estratégica
Robert Armando Rosa	Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação
Vinicius Vieira Marques	Chefe da Seção de Governança de TIC

- **ITEM A:**

O chefe da seção de Governança de TI apresentou o quadro de execução do portfólio de projetos de TIC e o cronograma de realização destes. Solicitou a aprovação dos seguintes dois novos projetos para inclusão no portfólio de TIC: “TRT14.SETIC.2020.P35 - Modernização do portal de intranet” e “TRT14.SETIC.2020.P36 - Implantação do sistema de consulta de Jurisprudência”. Ambos os projetos foram aprovados. Ainda, trouxe aos membros a proposta de cancelamento do projeto “(TRT14.SETIC.2019.P01) - Implantar sistema de licitações e contratos do TRT4”, apontando como motivação o fato de que há solução nacional sendo desenvolvida para realizar a gestão das contratações que irá atender ao que preconiza o escopo deste projeto. O cancelamento foi aprovado por todos os membros.

- **ITEM B:**

Tendo em vista que os dados necessários à apresentação da execução da estratégia de TIC ainda não tinham sido informados pelos responsáveis, o chefe da seção de Governança de TI propôs a apresentação destas informações na próxima reunião deste comitê. Todos os presentes concordaram com a proposta.

- **ITEM C:**

O chefe da seção de Governança de TIC apresentou aos membros do comitê uma visão geral e resumida dos resultados percebidos na condução da Governança de TIC no âmbito da SETIC. Nesse tema, opinou, em visão particular, que a Governança de TIC tem tido dificuldades em obter resultados efetivos dentro da Secretaria de TIC e registrou já ter se reunido diversas vezes com o Secretário de TIC nos últimos meses para compartilhar suas preocupações e percepções sobre estes resultados. Por outro lado, o chefe da Secretaria de Gestão Estratégica, o Secretário de TIC e o Presidente deste Comitê se manifestaram contrariamente à opinião do Chefe da Seção de Governança de TIC, ressaltando que a Governança de TIC se desenvolveu consideravelmente no TRT14 nos últimos anos e que seus resultados têm sido, na conjuntura, acima do esperado, principalmente quando levado em consideração o déficit no quadro de servidores da SETIC.

- **ITEM D:**

O Secretário de TIC, apresentou a necessidade de adequações no plano de contratações com inclusão do item Contratação de Suporte aos Softwares de infraestrutura do PJe, oriundo de ARP do TRT12 o que foi aprovado pelo CGTIC.

- **ITEM E:**

O Secretário de TIC também apresentou ao CGTIC um pedido para autorização de coparticipação em licitação do TRT4 para eventual aquisição de licenças Windows RDS e câmeras e headsets para videoconferência. O primeiro item se justifica pelo aumento da demanda por acesso remoto à rede corporativa devido a pandemia, que forçou todos os usuários ao trabalho remoto extrapolando o licenciamento realizado no final do ano passado. O segundo item também se justifica devido principalmente ao advento da pandemia que tem demandado inúmeras reuniões por videoconferência, inclusive para a realização das sessões de julgamento do Tribunal e para as audiências de primeiro grau.

- **ITEM F:**

O Secretário de TIC informou que o serviço de videoconferência Meet, da empresa Google, atualmente utilizado no TRT14 como solução de comunicação instantânea por áudio e vídeo por magistrados, servidores e jurisdicionados, terá seu recurso de gravação de reuniões interrompido no mês de setembro deste ano. Pontuou que a gravação destas comunicações é necessária para a adequada prestação jurisdicional e que, portanto, a SETIC precisa definir como manterá este serviço de gravação. O Secretário de TIC apresentou duas opções viáveis: 1) fazer upgrade somente de licenças Google atuais que tenham a necessidade de realizar gravação (cerca de 45 licenças) para a versão enterprise. Este upgrade manteria o serviço de gravação ativo para estas contas a um custo inicialmente estimado de seis a sete vezes maior que o valor atualmente pago por licença com o benefício de espaço ilimitado na nuvem do Google para o armazenamento dos vídeos; ou, 2) a utilização do software gratuito Open Broadcaster Software - OBS, que permite a gravação de fluxos de comunicação em áudio e vídeo mas que exige operação mais complexa e é mais propenso a falhas, além de perder as facilidades de integração com a plataforma de colaboração em nuvem atualmente usada no TRT14. Diante do exposto, o Comitê autorizou a SETIC, por unanimidade, a realizar estudos para o upgrade das licenças para a versão Enterprise dentro do limite legal autorizado no contrato.

- **ITEM G:**

O Secretário de TIC pontuou que as Varas do Trabalho não estão utilizando o serviço PJe mídias tendo em vista que o serviço de videoconferência e gravação atualmente em uso (Google Meet) vem atuando como satisfatório repositório de gravação. O Secretário de TIC pontuou ainda que se for feita a opção pela utilização do software de gravação "OBS", conforme discutido no item "F", será obrigatório utilizar o PJe mídias para servir como repositório de gravação.

- **ITEM H:**

O Secretário de TIC apontou a necessidade de se bloquear a utilização dos sistemas legados (SAP1 e SAP2) tendo em vista que, atualmente, o uso desses aplicativos, principalmente no que se refere ao SAP2, se resume quase somente a distribuição de processos administrativos. Pontuou ainda que manter essas aplicações em ambiente de produção traz outros problemas, tais como: a) estrutura necessária para manter estas tecnologias ultrapassada no ar para uso esporádico; b) risco associado ao pessoal exigido para suportar esses sistemas; c) formal orientação do CSJT para que os tribunais não empreguem recursos para suporte de sistemas legados, tendo em vista que os recursos devem ser empregados somente na manutenção e desenvolvimento de sistemas atuais.

Diante da motivação apresentada os membros aprovaram a descontinuidade dos referidos sistemas de forma que os mesmo fiquem disponíveis apenas para consulta, sob a condição de que a SETIC, juntamente com as áreas envolvidas, desenvolvam uma ferramenta ou fluxo - mesmo que parcialmente manual - para realizar a distribuição de processos administrativos que são instruídos através do sistema Proad.

- **ITEM I:**

O Secretário de TIC, visando aprimorar os resultados da equipe de TIC, apresentou proposta de cessão do Servidor Marcelo Vitor Amaral para a Secretaria de Apoio ao Conhecimento, à Liquidação e à Execução (SACLE) para que ele preste apoio especializado ao sistema PJe nesta unidade. O Secretário de Gestão Estratégica ressaltou que, com a cessão do referido servidor à SACLE, que já conta também com outro servidor de TIC (Alysson Lopes), esta unidade estará apta a conduzir todos os problemas operacionais do PJe, restando ao suporte técnico de infraestrutura da SETIC apenas a implantação de atualizações e correções. Os membros do comitê aprovaram a cessão. O Secretário de TIC, esclareceu que embora parecer contraditório concordar com a lotação de servidor da SETIC em outra área, tendo em vista que o quadro de servidores de TIC apresenta um grande déficit, a situação em tela envolve também o repasse de atribuições que são executadas na SETIC, especificamente às referente ao suporte do sistema PJe.

- **ITEM J:**

O Secretário de TIC trouxe a este comitê novo alerta sobre o preocupante e já notório déficit de pessoal de TIC. Pontuou a expectativa de pedidos de exoneração em virtude de aprovação em outro concurso, por servidores da SETIC que possuem atribuição em funções críticas da área de infraestrutura. Esse fato,

caso ocorra, deixará a área de infraestrutura em situação preocupante devido ao acúmulo de atividades críticas nas mãos de poucos servidores especializados. Isso poderá implicar em situação de caos, pois devido a criticidade das tarefas necessárias para perfeita manutenção da infraestrutura de TIC que suporta os sistemas informatizados, qualquer baixa não prevista na equipe, mesmo que momentânea, poderá trazer grande prejuízo a estabilidade dos sistemas. Trouxe ao conhecimento dos membros do comitê a existência de cargo de analista com especialidade medicina que se encontra vago no quadro de pessoal do Tribunal e que, por sua natureza, poderia, ser prontamente convertido para a especialidade Tecnologia da Informação e ser provido mediante chamada de candidato aprovado no concurso ainda vigente. Neste momento, o chefe da Secretaria de Gestão Estratégica pediu a palavra para ressaltar que, conforme proad 3651/2020, já há estudos em andamento acerca da possibilidade de transformação de cargos vagos do tribunal em cargos de TIC.

Às 12:00h o Desembargador Carlos Lôbo declarou encerrada a reunião.

PVH, 17/07/2020.